



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA

Equipe de Correição: Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi, Simone Xavier Paiva de Sousa e Talita Simões Leão.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	Resolução Administrativa TRT nº 154/2016
Data de instalação	2/1/2017
Data da última correição	28 de setembro de 2021
Período de correicionado	1º/9/2021 a 31/5/2022

Aos 30 dias do mês de junho de 2022, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 27/2022 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor, acompanhado do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Lindinaldo Silva Marinho, da Secretária da Corregedoria, Talita Simões Leão e da Chefe do Núcleo de Apoio Jurídico, Simone Farias Perrusi, foram recebidos, na sede da Vara, pelo Juiz substituto, Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira, pelo Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na unidade judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes



ao período de **1º/9/2021 a 31/5/2022** (9 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Adriana Sette da Rocha	1º/6/2017 – Ato TRT GP nº 363/2017

1.1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	1º/2/2022 -Ato TRT13 SCR nº. 02/2022

1.2 Servidores lotados na Unidade

A 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **12** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Adailton Oliveira da Costa	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	1º/6/2017
Antonio Araujo Ramos Junior	Técnico Judiciário	22/2/2022
Antonio Wellington Pereira de Lima	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	1º/6/2017
Carlos Antonio Cortes	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	1º/6/2017
Joao Geraldo Teixeira de Miranda Leite	Técnico Judiciário – Calculista	1º/6/2017
Joarez Luiz Manfrin	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	1º/6/2017
Joel Melquiades da Silva	Técnico Judiciário – Calculista	1º/6/2017
Josalbo Licario Romão	Assistente III	1º/6/2017
Jose Francisco de Sousa	Técnico Judiciário – Assistente III	1º/6/2017
Luciana Valenca Miranda Sa	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	1º/6/2017
Maria Eduarda Rodrigues de Lemos P. Marques	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	1º/6/2022
Tania Ramos Araujo Pinheiro	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	1º/2/2022

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual, no sistema PJe, observadas as habilidades e atribuições



específicas, na proporcionalidade direta às funções exercidas, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

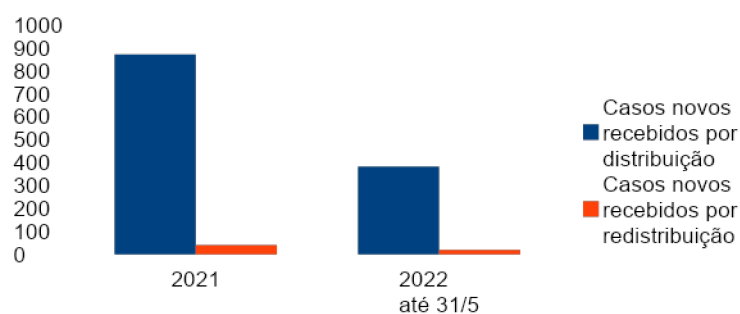
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 31/5/2022, um acervo processual de **1.483** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	790
Fase de Liquidação	43
Fase de execução	646
Cartas precatórias e de ordem	4
TOTAL	1.483

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2021	2022 até 31/5
Casos novos recebidos por distribuição	870	382
Casos novos recebidos por redistribuição	40	19
TOTAL	910	401



No período correccionado, há registro de 2 processos recebidos com sentença anulada pela instância superior (0000798-22.2019.5.13.0029 e 0000101-30.2021.5.13.0029).

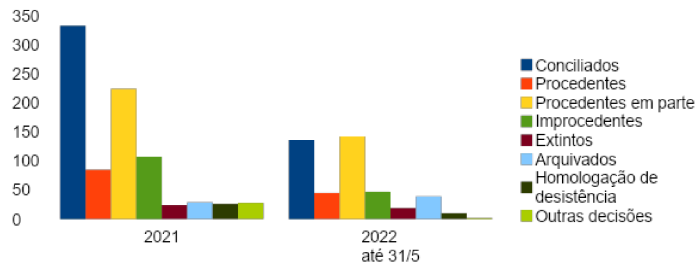


A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (setembro/2021 a maio/2022):



2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

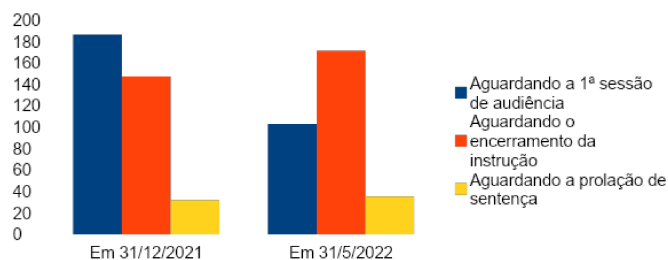
Item	2021	2022 até 31/5
Conciliados	332	136
Procedentes	85	45
Procedentes em parte	224	142
Improcedentes	107	47
Extintos	24	19
Arquivados	29	39
Homologação de desistência	26	10
Outras decisões	28	2
TOTAL	855	440



2.3 Pendentes de solução (Fontes: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2021	Em 31/5/2022
Aguardando a 1ª sessão de audiência	186	103
Aguardando o encerramento da instrução	147	171
Aguardando a prolação de sentença	32	35
TOTAL	365	309



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.



Item	2021	2022 até 31/05	Varição (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	931	790	-15,15%
Fase de liquidação	24	43	79,17%
Fase de execução	656	646	-1,52%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	162	35	137	54	-
Conciliação em conhecimento	4	8	38	65	16
Conciliação em Execução	4	5	12	6	1
Una	48	53	51	39	3
Instrução	44	88	36	63	55

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade correicionada realiza audiências de segunda a quinta-feira e, às sextas-feiras, a critério dos Juízes, nos casos mais complexos.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correicionada
09/21	133	159	213	182	157	121	198	97	130	94	167	212	166	161,25
10/21	115	157	112	122	113	140	187	48	130	91	120	87	116	120,58
11/21	92	180	132	106	128	186	306	82	139	127	123	95	115	140,33
12/21	66	137	185	45	69	100	130	61	101	76	60	64	101	93,25
01/22	63	103	98	85	17	37	61	14	44	50	17	30	46	51,25



PODER PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correicionada
02/22	98	93	157	159	55	151	130	104	157	154	140	66	104	117,83
03/22	145	181	145	172	117	121	185	123	175	169	108	56	115	136,92
04/22	97	143	117	151	116	119	137	111	137	134	205	86	125	128,67
05/22	234	180	151	247	163	159	194	181	255	197	182	162	175	190,25
TOTAL	1043	1333	1310	1269	935	1134	1528	821	1268	1092	1122	858	1063	1140,33

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fontes: Hórus)

Fase de conhecimento	2021	2022 até 31/5
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	85	62
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	96	78
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	141	135
Da conclusão à prolação da sentença	7	15
Do ajuizamento até a prolação da sentença	140	146

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item	2021	2022 até 31/5
Embargos de declaração	Recebidos	105
	Baixados	96
	Pendentes	16
Tutela Provisórias	Recebidos	53
	Apreciadas	50
	Pendentes	1
Liquidação/ Execução	Recebidos	54
	Baixados	46
	Pendentes	21



6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/9/2021 a 31/5/2022			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	293	274	29
Recurso adesivo	16	14	2
Agravo de petição	60	52	5
Total	369	340	36

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2021**: **124** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **223** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **160** dias. O prazo praticado pela unidade neste exercício, até o dia **31/5**, é de **122** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **234** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **159** dias.

Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **140** dias, para o ano base de **2021**, e de **146** dias, relativo a este ano de **2022**, até **31/5**.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2021**, foi de **358** dias, e de **283** dias, referente ao **exercício atual** até o dia **31/5**.

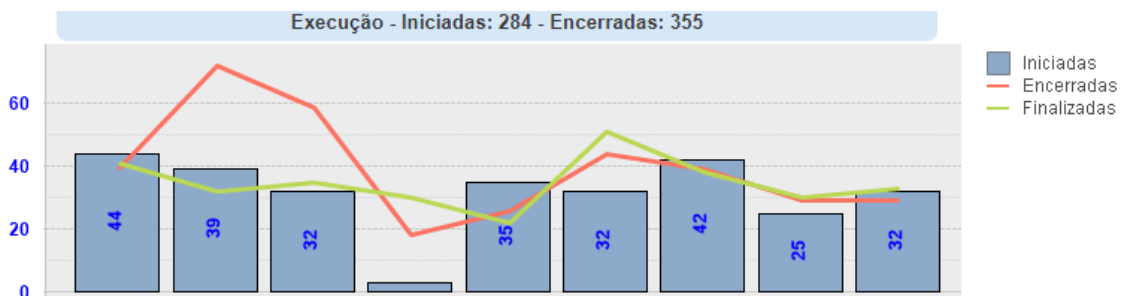
Pontua-se que o tempo médio de duração do processo na fase de execução, no ano de **2021**, foi o **4º menor** prazo da jurisdição, estando na **terceira colocação** no ano de **2022**, até o mês de maio.

8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus e e-Gestão)



Item	2021	2022 até 31/5
Execuções pendentes no início do período	608	603
Execuções iniciadas	395	166
Desarquivados	236	70
Recebidos de outros Órgãos	2	-
Execução de título extrajudicial	-	-
Execuções encerradas	467	167
Remetidos a outros Órgãos	2	-
Processos arquivados provisoriamente	222	81
Execuções pendentes ao final do período	603	616

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de encerrados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (setembro/2021 a maio/22):



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 31/5
Acordo	PJe	R\$ 4.904.413,29	R\$ 1.802.390,67
Espontâneo	PJe	R\$ 8.492,20	R\$ 29.316,03
Execução	PJe	R\$ 3.236.877,44	R\$ 1.702.713,50
TOTAL		R\$ 8.149.782,93	R\$ 3.534.420,20

VALORES ARRECADADOS (R\$)



Item	Sistema	2021	2022 até 31/5
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 227.067,27	R\$ 56.966,03
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 1.039.740,23	R\$ 590.496,01
Imposto de renda	PJe	R\$ 104.840,49	R\$ 34.521,24
TOTAL		R\$ 1.371.647,99	R\$ 681.983,28

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/9/2021 a 31/5/2022		
Item		Quantidade
SISBAJUD		256
INFOJUD		4
SIMBA		-
RENAJUD		103
BNDT	Pendentes	139
	Incluídos	70

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	110,80%
Unidade Correicionada	91,02%

Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,79%
Unidade Correicionada	112,70%



Para efeito de controle da **Meta 1/2022**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **382** casos novos (por distribuição) e **435** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **112,70%**.

Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,30% da Meta 2
	97,93% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	105,45% da Meta 2
	98,07% dos processos distribuídos até 31/12/2019

Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,08% da Meta 2
	97,72% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	100,97% da Meta 2
	93,90% dos processos distribuídos até 31/12/2020

Meta 3/2021 – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38,50% em 2021	
Unidades de primeiro grau do TRT	100,92% da Meta 3
	38,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	115,41% da Meta 3
	44,44% de índice de conciliação

Meta 3/2022 – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40% em 2022	
Unidades de primeiro grau do TRT	86,54% da Meta 3
	83,77% de índice de conciliação



Unidade Correicionada	99,62% da Meta 3
	91,09% de índice de conciliação

Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Unidades de primeiro grau do TRT	121,72%
Unidade Correicionada	114,45%

Meta 5/2022 – Reduzir em 1 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2020

Unidades de primeiro grau do TRT	81,69%
Unidade Correicionada	86,29%

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2022-01	72	26	425	253	85,51	90,68	87,37	
2022-02	102	62	398	223	69,58	71,70	70,33	
2022-03	90	44	399	218	60,18	62,29	60,91	
2022-04	74	35	411	204	54,87	54,99	54,91	
2022-05	109	35	386	212	46,34	51,21	47,96	

12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento no quantitativo de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento, entre os anos de 2020 e 2021, e,



PODER PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

proporcionalmente, em 2022, bem como na fase de execução entre os anos de 2020 e 2021, e nos primeiros meses de 2022, proporcionalmente.

Processos baixados	2020	2021	2022 até 31/5
Fase de conhecimento	525	786	447
Fase de execução	340	420	196

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/conhecimento)

3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	721
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	675
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	664
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	640
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	635
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	604
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	600
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	576
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	563
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	537
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	525
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	524

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento)

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.054
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.036
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.022
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.005
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	949
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	909
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	871
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	859
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	838
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	822
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	790
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	786
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	743

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/conhecimento até 31/05)



PODER PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	521
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	496
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	472
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	447
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	416
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	407
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	403
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	393
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	390
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	386
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	370
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	355
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	333

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/execução)

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.209
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.000
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	767
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	756
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	718
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	608
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	574
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	551
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	455
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	340
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	212
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	140
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	110

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução)

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.240
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	992
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	913
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	779
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	762
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	641
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	638
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	492
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	446
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	420
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	380
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	299
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	290

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/execução até 31/05)



PODER PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	430
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	359
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	329
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	318
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	316
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	303
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	277
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	252
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	227
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	210
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	196
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	161
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	161

Deverá a unidade judiciária manter a inclusão de processos em pautas de audiências, conciliatórias e de instrução, assim como incrementar a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a melhoria do índice IPC-Jus deste Regional.

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se na **201ª colocação**, entre as 1.570 varas do país (**1º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1001 e 1500 (498 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/04/2021 a 31/03/2022):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeri- dade peso 0,2	Produtivi- dade peso 0,2	Taxa de congestio- namento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	10º	121º	3º	1º	28º
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	1º	5º	38º	3º	39º
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	18º	18º	252º	2º	13º



PODER PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeri- dade peso 0,2	Produtivi- dade peso 0,2	Taxa de congestio- namento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
13ª Região - PB - 10ª Vara de João Pessoa	97º	83º	47º	290º	112º	150º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as mesmas Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	82,47	30,83	1.509,13
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	36,11	23,8	564,1
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	72,6	62,17	526,76
13ª Região - PB - 10ª Vara de João Pessoa	97º	144,43	69,5	369,13

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	342	800	8
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	904	90	8
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	780	495	8
13ª Região - PB - 10ª Vara de João Pessoa	97º	908	462	12



PODER PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Observando os mesoindicadores do eGestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de junho, setembro e dezembro/2021 e março/2022, estando a 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 14/06/2022):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
junho 2021	180°	173°	56°	737°	257°	441°
setembro 2021	225°	200°	49°	886°	326°	481°
dezembro 2021	247°	208°	80°	944°	331°	425°
março 2022	201°	191°	83°	872°	246°	424°

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país (período de referência 1º/04/2021 a 31/03/2022):

Vara	Colocação no IGEST
13ª	29ª
11ª	51ª
12ª	57ª
3ª	67ª
10ª	201ª
7ª	206ª
6ª	212ª



PODER PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

5ª	296ª
1ª	326ª
9ª	364ª
2ª	437ª
4ª	440ª
8ª	482ª

Ainda para demonstrar os números obtidos pela 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa, no que se refere aos prazos de **janeiro a maio de 2022**:

Ajuizamento até a prolação da sentença	
10ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
146,3 dias	191,8 dias

Início ao encerramento da liquidação	
10ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
71,6 dias	225,9 dias

Início à extinção da execução - ente privado	
10ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
284,8 dias	1.152 dias

Início à extinção da execução - ente público	
10ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
256,7 dias	858,3 dias

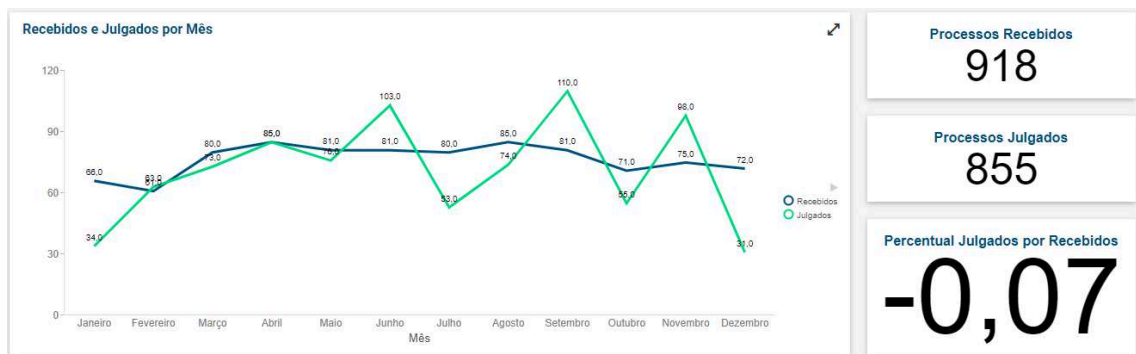


Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau	
10ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
540,8 dias	1.039 dias

Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a maio/2022, o Portal e-Gestão apresenta os seguintes dados:

Percentual de processos julgados por recebidos	
10ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
9,5%	-3%

A seguir o gráfico da relação entre processos recebidos e julgados durante todo o ano de 2021:

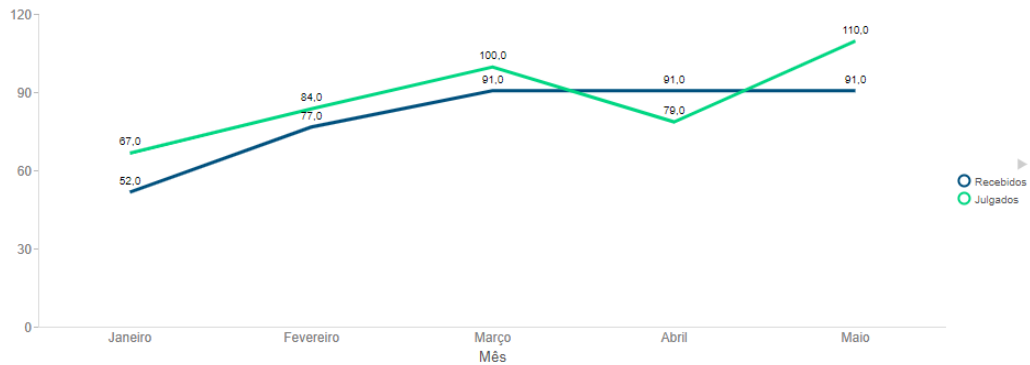


Já o percentual de janeiro a maio de 2022 pode ser observado no gráfico abaixo:



PODER PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Recebidos e Julgados por Mês



JUÍZES

13. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO

Juiza Titular

Adriana Sette da Rocha			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Licença saúde	SAOAdm	1º/9/2021 a 14/10/2021	44
Licença saúde	SAOAdm	15/10/2021 a 19/12/2021	66
Licença saúde	SAOAdm	20/12/2021 a 23/3/2022	94
Licença saúde	SAOAdm	24/3/2022 a 15/5/2022	53
Licença saúde	SAOAdm	16/5/2022 a 31/5/2022	16

Juiz Substituto

Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	27/11/2021 a 16/12/2021	20
Férias	SAOAdm	24/3/2022 a 12/4/2022	20
Licença paternidade	SAOAdm	28/10/2021 a 1º/11/2021	5
Prorrogação da licença paternidade	SAOAdm	2/11/2021 a 16/11/2021	15
Férias	SAOAdm	26/5/2022 a 31/5/2022	6



13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.

13.2 Audiências realizadas (1º/09/2021 a 31/5/2022) (Fonte: Hórus)

Magistrados	Una	Instrução	Encerramento Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Lindinaldo Silva Marinho	-	1	1	-	-	-	2
George Falcão Coelho Paiva	8	86	1	160	20	6	281
Paulo Nunes de Oliveira	56	38	-	16	46	4	160
Luiz Antonio Magalhaes	10	24	2	47	1	1	85
Aercio Pereira de Lima Filho	20	18	-	-	6	1	45
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	14	70	6	154	29	2	275
Alexandre Amaro Pereira	90	57	1	16	57	4	225

13.3 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação/ Execução	Total
George Falcão Coelho Paiva	21	14	23	58
Aercio Pereira de Lima Filho	9	7	-	16
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	18	21	17	56
Luiz Antonio Magalhaes	13	5	5	23
Lindinaldo Silva Marinho	4	1	-	5
Alexandre Amaro Pereira	89	20	12	121
Paulo Nunes de Oliveira	27	11	3	41
Paulo Henrique Tavares da Silva	-	1	-	1

14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência/ Outras Decisões	



PODER PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Aercio Pereira de Lima Filho	18	-	15	5	-	1	-	3	42
Alexandre Amaro Pereira	67	28	70	36	-	5	5	19	230
George Falcão	59	12	36	15	1	19	6	3	151
Lindinaldo Silva Marinho	-	1	2	1	-	-	-	-	4
Luiz Antonio Magalhaes	15	3	15	6	-	7	2	1	49
Paulo Nunes de Oliveira	40	21	31	10	-	6	3	5	116
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	47	15	40	13	-	7	7	5	134

14.1. Processos sentenciados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	407
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	228
Homologação da Transação Extrajudicial	61
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	15
Consignação em Pagamento	10
Ação de Cumprimento	6
Produção Antecipada da Prova	2
Ação Civil Coletiva	2
Embargos de Terceiro Cível	1
Mandado de Segurança Cível	1
Ação Civil Pública Cível	1

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Aercio Pereira de Lima Filho	1	6,67%
Alexandre Amaro Pereira	92	93,88%
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	50	90,91%
Paulo Nunes de Oliveira	41	78,85%



PODER PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Luiz Antonio Magalhaes	18	100%
George Falcão Coelho Paiva	14	29,17%
Lindinaldo Silva Marinho	1	33,33%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Aécio Pereira de Lima Filho	42
Alexandre Amaro Pereira	230
George Falcão Coelho Paiva	150
Lindinaldo Silva Marinho	4
Luiz Antônio Magalhães	49
Paulo Nunes de Oliveira	116
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	133

16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 13 dias

Magistrados	Dias
Alexandre Amaro Pereira	10
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	22
George Falcão Coelho Paiva	5
Paulo Nunes de Oliveira	14
Luiz Antônio Magalhães	8
Aécio Pereira de Lima Filho	20
Lindinaldo Silva Marinho	55

17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2021 e a presente correição, foi realizado o segundo ciclo de 2021 no mês de novembro, havendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em 17/02/2022. O substituto destacou que a unidade vem reiteradamente adotando as medidas possíveis à manutenção das metas, realiza periodicamente levantamentos e registros de pagamentos e verifica diariamente o painel global, com prioridade para as tarefas “Prazos vencidos”, “Minutar”, “Novos Processos”, sendo sempre recomendado o uso do Gigs.



O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição ->Observatório Dashboard.

18. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT13 SCR Nº 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foram registrados, entre setembro de 2021 e maio de 2022 - 09 meses, os seguintes pagamentos:

Devolução ao reclamado	R\$ 155.599,96
Pagamento ao reclamante	R\$ 139.892,30
Pagamento ao advogado	R\$ 21.598,44
Pagamento ao perito	R\$ 1.347,99
Devolução ao ente público	R\$ 500,24
Recolhimento contribuições previdenciárias	R\$ 28.376,26
Recolhimento de custas processuais	R\$ 2.676,04
TOTAL	R\$ 351.602,23

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR Nº 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0000733-61.2018.5.13.0029, 0000164-61.2020.5.13.0006, 0001113-21.2017.5.13.0029.

O Corregedor destaca a necessidade de que sejam tomadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente



PODER PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR N° 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores.

Segundo informações prestadas pela EJud (PROAD N° 2317/2022), apenas a Juíza Adriana Sette da Rocha participou de curso voltado à conciliação e mediação.

Tratando-se das atividades de formação continuada, foi cumprido o período mínimo de 30 horas-aula no primeiro semestre de 2021 (art. 3° da Resolução ENAMAT n° 09/2011) pela juíza titular e, em relação ao juiz substituto, cumpriu o período mínimo de 30 horas-aula, no segundo semestre de 2021.

Os juízes participaram das capacitações abaixo descritas:



PODER PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Descrição
ADRIANA SETTE DA ROCHA	<p>Inovação e inteligência artificial como ferramentas de modernização da Justiça – P. 10233, 10234 e 10235/2021</p> <p>CFC sobre A Lei Geral de Proteção de Dados e suas Repercussões na Justiça do Trabalho e nas Relações Laborais – PROAD 19671/2020</p> <p>CFC – Conciliação e Mediação – P. 20271</p> <p>CFC - Audiências Telepresenciais – P. 20043</p> <p>DIREITO EMERGENCIAL DO TRABALHO - Proc. 19725/2021 DO TRABALHO - Proc. 19725/201 DO TRABALHO - Proc. 19725/2021</p> <p>Proteção internacional dos direitos sociais: sistema interamericano de Direitos Humanos e atuação da Organização Internacional do Trabalho – P 20262.21 – dias 11 a 25 maio</p> <p>Negociação coletiva: Limites, possibilidades e procedimentalidade – P 19890</p> <p>Seminário Recuperação Judicial e Falência: inovações e cooperação jurisdicional – P. 23577</p>
RODRIGO ANDERSON FERREIRA OLIVEIRA	<p>Práticas Discriminatórias e Proteção da Relação de Emprego - Turma 1/2021 (com tutoria)</p> <p>INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO COTIDIANO – PROAD 25244/2021 – 6 a 24/9/21 – 16 h/a</p> <p>Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais (Turma NOV/2020) - horas limitadas pela ENAMAT – 10 h/a</p> <p>Proteção de Dados Pessoais no Setor Público (Turma DEZ/2020) - horas limitadas pela ENAMAT – 15 h/a</p>

As capacitações realizadas pelos servidores, consoante informado pela Segepe (PROAD N° 2777/2022) estão abaixo descritas:

Servidores	Descrição
ADAILTON OLIVEIRA DA COSTA	<p>TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - AULÃO GOOGLE WORKSPACE (GOOGLE MEET) -</p>



PODER PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>TELEPRESENCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>LIVE Nº 07/2021 - WEBINÁRIO ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A DECISÃO DO STF / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO</p> <p>TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO I: ASPECTOS PROCESSUAIS - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / EJUD 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PROJETO GARIMPO - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO COTIDIANO - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>LIVE Nº 04/2021 PAINEL ON-LINE - SELIC, IPCA-E E JUROS: COMO FICAM OS CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A ADC Nº 58? / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 4ª REGIÃO</p> <p>TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPPEC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO II: DIREITO INDIVIDUAL - TURMA 1/2021 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
CARLOS ANTONIO CORTES	<p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPPEC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>DIREITO ELEITORAL - FUNDAMENTOS ESSENCIAIS / EDUCAMUNDO</p> <p>TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
JOAREZ LUIZ MANFRIN	<p>TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS (TURMA JAN/2021) / ENAP</p> <p>NOÇÕES BÁSICAS DO TRABALHO REMOTO (TURMA FEV/2021) / ENAP</p>



PODER PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO (TURMA JAN/2021) / ENAP
JOEL MELQUIADES DA SILVA	TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - LIBRAS AVANÇADO - MÓDULO I / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
LUCIANA VALENCA MIRANDA SA	TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
MARIA EDUARDA RODRIGUES DE LEMOS PAULA MARQUES	TRT - DIREITO EMERGENCIAL DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
TANIA RAMOS ARAUJO PINHEIRO	TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - PRODUÇÃO DE PROVAS POR MEIOS DIGITAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO - WEBINÁRIO / CSJT - CEDUC-JT TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO I: ASPECTOS PROCESSUAIS - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / EJUD 13ª REGIÃO TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO II: DIREITO INDIVIDUAL - TURMA 1/2021 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO

SERVIDORES SEM REGISTRO DE CAPACITAÇÕES NO PERÍODO CORREICIONADO
ANTONIO ARAUJO RAMOS JÚNIOR
JOÃO GERALDO TEIXEIRA DE MIRANDA LEITE
JOSALBO LICARIÃO ROMÃO
JOSÉ FRANCISCO DE SOUSA

20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 15 despachos correicionais no PJe.



Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não foram registradas denúncias na Ouvidoria nos últimos seis meses.

21. RECOMENDAÇÕES

À magistrada e ao magistrado

1. Recomendações gerais

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- e) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da



utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;

f) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR N° 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários.

2. Recomendações específicas

a) observar os termos da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR N° 004/2022 no que se refere aos procedimentos a serem seguidos na fase de execução - determinações de reunião, suspensão/sobrestamento, arquivamentos provisório e definitivo dos autos, evitando-se que processos aguardem no prazo quando deveriam estar sobrestados, a exemplo do ocorrido nos processos 0000548-18.2021.5.13.0029, 0000540-80.2017.5.13.0029;

b) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução;

c) determinar, antes da remessa ao arquivo provisório dos processos até o encerramento da recuperação judicial ou da falência que ela eventualmente tenha sido convolada, a sinalização no PJe e alteração do nome da parte no cadastro (Recomendação TRT13 SCR N° 004/2022, art. 1º, inciso II, “b”), fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0000282-52.2020.5.13.0001, 0000386-23.2021.5.13.0029;

d) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT);



PODER PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

e) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução, bem como cumprir a carga horária mínima de 30h por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011).

Ao Diretor de Secretaria

a) permanecer monitorando os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências no lançamentos de dados pela unidade e corrigi-las;

b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;

c) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento - atentar quando da inclusão de prazo nas intimações para pagamento de requisições de pequeno valor, que se trata de prazo corrido de 2 meses, evitando-se o preenchimento de 60 dias na aba expedientes, a exemplo do ocorrido no processo 0000073-46.2021.5.13.0002;

d) orientar a equipe a evitar a inclusão de prazos em expedientes quando não se destinam a providências a serem tomadas pelas partes, a exemplo do ocorrido nos processos 0000008-38.2019.5.13.0029, 0000548-18.2021.5.13.0029, 0000202-09.2017.5.13.0029;

e) registrar e incentivar a equipe a efetuar com regularidade os registros no sistema Garimpo das contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível ao cômputo dos valores devolvidos.

Aos servidores

a) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento - atentar quando da inclusão de prazo nas intimações para pagamento de requisições de pequeno valor, que se trata de



- prazo corrido de 2 meses, evitando-se o preenchimento de 60 dias na aba expedientes, a exemplo do ocorrido no processo 0000073-46.2021.5.13.0002;
- b) abster-se de incluir prazos em expedientes quando não se destinam a providências a serem tomadas pelas partes, a exemplo do ocorrido nos processos 0000008-38.2019.5.13.0029, 0000548-18.2021.5.13.0029, 0000202-09.2017.5.13.0029;
- c) evitar e inclusão de prazos em expedientes quando não se destinam a providências a serem tomadas pelas partes, a exemplo do ocorrido nos processos 0000008-38.2019.5.13.0029, 0000548-18.2021.5.13.0029, 0000202-09.2017.5.13.0029;
- d) aos assistentes de juízes, com regularidade, consultar incidentes pendentes no e-Gestão com a finalidade de dirimir eventuais inconsistências;
- e) participar de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor constata que a 10ª tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas 2 (105,45%), 3 (115,41%) e 5/2021 (114,45%), recomendando-se o constante monitoramento da pauta com a finalidade de evitar o elástico dos prazos.

Verifica-se a necessidade de adoção de providências para redução do tempo médio do ajuizamento ao encerramento da instrução, podendo-se observar que há audiências de instrução marcadas para a segunda quinzena do mês de agosto nos dois acervos.

Tratando-se do Igest, a 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa tem se mantido no primeiro quartil no último ano, entre a posição 211ª (março de 2021) e 201ª



PODER PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

(março de 2022), motivo pelo qual parabeniza servidores e magistrados pelo trabalho realizado.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinalado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE
Desembargador Vice-Presidente e Corregedor



PODER PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS

0000540-80.2017.5.13.0029	0000548-18.2021.5.13.0029	0000597-59.2021.5.13.0029
0000008-38.2019.5.13.0029	0000837-19.2019.5.13.0029	0000737-64.2019.5.13.0029
0000358-21.2022.5.13.0029	0001371-31.2017.5.13.0029	0000343-23.2020.5.13.0029
0000815-33.2019.5.13.0005	0000386-23.2021.5.13.0029	0000015-25.2022.5.13.0029
0000788-07.2021.5.13.0029	0000001-41.2022.5.13.0029	0000788-07.2021.5.13.0029

DESPACHOS CORREICIONAIS

0000576-20.2020.5.13.0029	0000695-15.2019.5.13.0029	0000651-59.2020.5.13.0029
0000022-56.2018.5.13.0029	0000686-82.2021.5.13.0029	0000910-59.2017.5.13.0029
0000202-09.2017.5.13.0029	0000073-46.2021.5.13.0002	0000509-21.2021.5.13.0029
0000804-97.2017.5.13.0029	0000929-69.2019.5.13.0005	0001090-41.2018.5.13.0029
0000282-52.2020.5.13.0001	0000204-37.2021.5.13.0029	0000391-79.2020.5.13.0029